

ALADI/CR/Ata 673  
22 de abril de 1998  
Hora: 10h às 12h10m

### ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
  - Despedida do Comitê ao Senhor Ministro Efraín Saavedra Barrera, Representante Alterno do Peru.
  - Despedida do Comitê ao Senhor Oscar Fornoza Fernández, Representante Alterno da Venezuela.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 668<sup>a</sup>., 670<sup>a</sup>. e 671<sup>a</sup>. sessões.
4. Informe sobre o resultado da consulta a Bancos centrais a respeito das possibilidades de celebração de acordos parciais no âmbito do Convênio de Pagamentos. Adiado.
5. Informe sobre:
  - Modificações apresentadas ao Acordo de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas áreas Cultural, Educacional e Científica; e
  - Situação em que se encontra a subscrição do Acordo sobre promoção do comércio mediante a superação de barreiras técnicas ao comércio.
6. Informe do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre seguimento do Programa de Atividades da Associação para 1998. Adiado.
7. Relatório da Secretaria-Geral sobre o grupo de trabalho de seguimento do Programa de Atividades dos países de menor desenvolvimento econômico relativo (ALADI/SEC/di 1082).

8. Apresentação do estudo “Análise de sensibilidade do comércio exterior: países da ALADI com os Estados Unidos da América” (ALADI/SEC/Estudo 107).
9. Apresentação do pedido de adesão de Cuba ao Tratado de Montevidéu 1980.
10. Assuntos diversos.
  - Quinto Seminário sobre a Dimensão Jurídica da Integração (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 11 e 12 de maio).
  - Encontro de Operadores e Usuários da Hidrovia (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 14 e 15 de maio).
  - Programa de capacitação da OEA para negociadores.

---

Preside:

JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS

Assistem: Carlos Onis Vigil, Gustavo Moreno, Noemí Gómez, Flaviano Gabriel Forte e Julia Adriana Gabriela Pan (Argentina), Mario Lea Torri Plaza e José Guillermo Loría González (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Ana Elisa De Magalhães Padilha Pupo-Neto, Bruno L. Dos Santos Cobuccio, Carlos M. Bicalho Cozendey, Flávio Marega, Antonio Otávio Sá Ricarte, Eduardo Paes Sabóia e Paulo Roberto Ribeiro Guimarães (Brasil), Alejandro Marisio, Ma. Antonieta Jara e Alberto Rodríguez Aspillaga (Chile), Manuel José Cárdenas e Enrique Pinzón Alvarez (Colômbia), Guillermo Wagner Cevallos, José Piedrahíta e Carlos Santos Repetto (Equador), José Luis Solís, Alberto Rodríguez e Julio Lampell (México), Efraín Darío Centurión e Arístides Romero (Paraguai), Julio Balbuena López-Alfaro, Efraín Saavedra Barrera, Agustín de Madalengoitía e Elizabeth González de Fábrega (Peru), Adolfo Castells Mendívil, Carlos A. Zeballos, Roberto Muinel, Elizabeth Moretti e Melina Corio (Uruguai), Juan Moreno Gómez, Oscar Fornoza, Ruben Pacheco e Yaritza Barbosa (Venezuela), Manuel Aguilera de la Paz e Diana Cantón Otaño (Cuba) e Zourab Peradze (Rússia)

Secretário-Geral a.i.: Isaac Maidana Quisbert.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

---

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Somente para parabenizar nosso distinto Presidente por sua pontualidade.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração.

Se os senhores estiverem de acordo, sugeriria uma mudança. Solicitaria que o ponto 6 “Informe do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre o seguimento do Programa de Atividades da Associação para 1998”, fosse adiado para uma próxima sessão. O Coordenador desse grupo é o Senhor Representante do México, que não pôde assistir hoje, solicitando-nos adiar o ponto para a próxima reunião.

Se os senhores estiverem de acordo, eliminaríamos o ponto 6.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral em exercício.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Senhor Presidente, queria solicitar às Representações, caso não tenham inconveniente, a eliminação do ponto 4 da agenda sobre o “Informe sobre o resultado da consulta a bancos centrais”, porque ainda não recebemos todas as respostas a essa consulta, e colocá-lo na agenda da próxima reunião do Comitê. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Então, se os Senhores Representantes estiverem de acordo, adiaríamos a consideração dos pontos 4 e 6 pelos motivos indicados e automaticamente ficariam incluídos na ordem do dia da próxima sessão.

Com essas mudanças e não havendo outras observações, APROVA-SE a ordem do dia.

- Despedida do Comitê ao Senhor Ministro Efraín Saavedra Barrera, Representante Alterno do Peru.

PRESIDENTE. O Senhor Ministro Efraín Saavedra Barrera retorna a seu país, a Lima. O Comitê, Senhor Ministro, sente muita tristeza por sua partida. Participou muitas vezes representando seu país neste foro com grande eficácia, com grande sentido integracionista e com grande amor por esta Casa da Integração.

Todas as Representações aqui presentes sentirão sua falta e todos nós desejamos ao senhor e a sua família muitos êxitos no retorno a seu país.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral a.i.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Muito obrigado, Presidente.

A Secretaria também deseja testemunhar seu agradecimento ao Ministro Saavedra pelo apoio, pela permanente colaboração a esta Secretaria, a qual se enriqueceu com sua experiência, com seus conhecimentos e com esse sentido de cooperação que nunca esqueceremos.

Desejamos ao Ministro Saavedra, em nome da Secretaria e de todos os funcionários, muitas felicidades e êxitos em suas novas funções e muita sorte junto a sua família.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral em exercício.

Perguntaria ao Senhor Ministro se deseja fazer uso da palavra.

Representação do PERU (Efraín Saavedra Barrera). Obrigado, Senhor Presidente.

Desejaria começar agradecendo ao Senhor Presidente e ao Senhor Secretário-Geral a.i. suas generosas palavras; agradecer também ao pessoal da Secretaria-Geral, nas pessoas de Delfina e Sofia, que tão gentilmente nos apoiaram e certamente continuarão apoiando-nos.

Os tempos da ALADI são tempos de integração e a integração é o sinal dos tempos. Construir aqui, passo a passo, é um trabalho gratificante e estimulante porque se está a favor da história e porque responde ao que todos nós ansiamos: o bem-estar comum.

Simplemente é meu balanço, Senhor Presidente, depois de quase quatro anos de freqüentar esta Casa, seu pessoal, seus diversos humores, seus trabalhos e esperanças. Neste período, por exemplo, a ALADI, nossa ALADI, cumpriu quinze anos de existência, ocasião em que todos os Senhores Presidentes dos países-membros reafirmaram a vocação integracionista que nos impulsiona.

Minha experiência foi vital, proveitosa e enriquecedora. Nesse período foram negociados importantes acordos entre os países-membros dentro de um processo de consolidação da integração regional que teve a ALADI como centro de informações, de apoio técnico, sem o qual, talvez os negociadores não teriam avançado em seu trabalho.

Legislou-se também sobre tópicos importantes para a institucionalização da Associação e, finalmente, vislumbrou-se o que a Secretaria chamaria de entrelaçamento de acordos para o processo de articulação e convergência. Ou seja, saber para onde vamos.

Tudo isso, com base no maior consenso possível, respeitando os matizes, os enfoques e percepções de cada país-membro, mas com um objetivo comum: integrar-se para servir ao desenvolvimento econômico, ao bem-estar social de nossos povos, enfim, à paz.

Não somente somos filhos de nosso passado –tinha dito Unamuno- mas também pais de nosso futuro. Tenho a convicção de que neste trabalho estamos em perfeita sintonia e por isso regresso a meu país, Senhor Presidente, tranqüilamente, sinceramente, profundamente agradecido. Obrigado.

PRESIDENTE. Convidaria o Ministro Efraín para que se aproxime da mesa para receber a bandeja recordatória.

- O Senhor Presidente, em nome do Comitê de Representantes, entrega uma bandeja recordatória ao Senhor Representante Alternativo do Peru.
  
- Aplausos.

PRESIDENTE. Lamentavelmente esta não é a única despedida do dia de hoje.

- Despedida do Comitê ao Senhor Oscar Fornoza Fernández, Representante Alternativo da Venezuela.

PRESIDENTE. Setimo-nos também tristes pelo afastamento do Senhor Ministro Oscar Fornoza, Representante da Venezuela, que também nos deixa, mas para ir mais perto. Entendo que vai para Buenos Aires; de qualquer maneira, deixa-nos. E, como manifestava ao Representante Alternativo do Peru, as palavras que posso dirigir, em nome dos senhores, ao Ministro Fornoza são de tristeza porque não estará conosco com suas precisas e muito fundamentadas intervenções neste Comitê. Sentiremos muita falta também do Ministro Fornoza. Logicamente continuará sua brilhante carreira na Embaixada da Venezuela em Buenos Aires, em um cargo muito importante, mas deixará aqui, neste Comitê, um nome e uma reputação de eficiência, de dedicação, de defesa dos interesses da Venezuela e, logicamente, da integração latino-americana.

Em nome do Comitê, desejamos ao Senhor Ministro e a sua família muitos êxitos nos campos pessoal e profissional nesta nova etapa de sua vida.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral em exercício.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Secretaria também deseja que fique registrado nesta sessão nosso reconhecimento muito particular e muito fraternal a Oscar Fornoza pelo apoio dado a esta Secretaria em todo momento, tanto nos trabalhos formais como informais, dando-nos sempre seu conselho oportuno para resolver alguns problemas.

No momento de sua partida queremos desejar-lhe muitos êxitos, muitas felicidades com sua família. E como estará a trinta minutos desta cidade, estaremos em algum momento visitando-o. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral em exercício.

Tem a palavra o Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Oscar Fornoza). Obrigado, Senhor Presidente. Antes de mais nada desejaria manifestar aos Senhores Embaixadores, aos Representantes Alternativos, aos funcionários das Representações e a cada um dos funcionários da Secretaria-Geral meu mais profundo agradecimento pela colaboração e pelo apoio que me deram durante minha permanência como Representante Alternativo de meu país na Associação.

Particularmente, permitir-me-ia manifestar minha gratidão ao Embaixador Moreno Gómez e a meus colegas da Representação da Venezuela pela amizade e consideração. Da mesma maneira, muito aprecio suas amáveis palavras assim como as do Secretário-Geral interino.

Para a integração latino-americana, estes dois últimos anos foram de muita transcendência, na busca de um rumo e uma redefinição do que realmente queremos deste processo na região.

A recente assinatura do Acordo Quadro entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL é uma demonstração do interesse político e econômico de avançar nesta causa.

Creio firmemente que as Representações Permanentes junto à ALADI são atores influentes, comprometidos diretamente com o processo de integração que vai além da simples negociação de acordos de complementação econômica ou de acordos de alcance parcial de livre comércio.

O crescimento da América Latina será diretamente proporcional ao esforço que nós, como intérpretes fundamentais deste meio, procuremos realizar para superar as limitações que nós mesmos nos impusemos na consecução das metas estabelecidas.

Questionamo-nos, com certo temor, sobre o que queremos da ALADI. Chegou o momento de adaptar-nos ao tempo em que vivemos e aceitar que as reformas e adequações que se deverão realizar são inevitáveis.

No âmbito da globalização e da integração regional em que vêm sendo inseridas nossas economias, as atividades de promoção do desenvolvimento econômico e social da região, realizadas por nossa Associação, não chegaram a cumprir as metas estipuladas no Tratado de Montevidéu 1980.

É necessário que nesta reflexão, que estamos realizando no Comitê de Representantes, sobre a próxima convocação da Décima Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, definamos o papel da Associação como organização regional que permita a coordenação e concertação nos temas da agenda internacional, vinculados com o comércio e com a integração.

A ampliação da ALADI, com o possível ingresso de Cuba e de outros países interessados, sem dúvida alguma reforçará a nova imagem que devemos dar à Associação.

Os resultados da Reunião de Cúpula Hemisférica em Santiago do Chile devem estimular-nos para avançar na articulação e convergência dos mecanismos existentes no sentido de que para os latino-americanos o objetivo é a integração econômica. A zona de livre comércio é um meio para aproximar-nos desta integração.

Finalmente, desejaria fazer constar, meu reconhecimento ao gentil povo uruguaio pela cordialidade, pela confraternidade e pela generosidade demonstradas a mim e a minha família.

Fico à disposição dos senhores na Embaixada da Venezuela em Buenos Aires, onde estarei como encarregado da seção econômico-comercial. Esta designação é um desafio interessante na minha carreira diplomática, por ser o primeiro destino bilateral em meus vinte e um anos de serviço na Chancelaria de meu país.

Isto é tudo o que tinha para dizer. Muito obrigado pela gentileza. Até breve.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Convido o Ministro Fornoza para receber a bandeja recordatória.

- O Senhor Presidente, em nome do Comitê, entrega a bandeja recordatória ao Senhor Representante Alternado da Venezuela.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

## 2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral em exercício.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Senhor Presidente. Em assuntos em pauta que está na pasta dos Senhores Representantes, constam as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada na presente sessão.

Desejaria destacar o seguinte: em primeiro lugar, uma nota da Representação do Chile, comunicando o término de funções do Senhor Conselheiro Ricardo Vargas. Solicitamos à distinta Representação que transmita nossos agradecimentos ao Conselheiro Ricardo Vargas por seu apoio, desejando-lhe êxitos em suas novas funções.

Temos, também, a nota do Chile acreditando a Engenheira Comercial María Antonieta Jara e o Doutor Alberto Rodríguez Aspillaga. Desejamos aos dois funcionários da Representação êxitos em suas funções, oferecendo-lhes toda nossa cooperação para o cumprimento de suas funções.

Desejo destacar também, Senhor Presidente, as contribuições do México correspondentes ao ano 1998 pelos seguintes valores: 26.604,46 e 235.450,56 dólares americanos. Agradecemos à Representação do México este importante pagamento que alivia as finanças de nossa Secretaria e da Associação.

Senhor Presidente, desejo destacar a Proposta 204, que contém o projeto de orçamento de receitas e egressos para o exercício de 99. Este documento, se o senhor estiver de acordo, seria encaminhado à Comissão de Orçamento para seu devido estudo. Queremos manifestar que a Secretaria cumpriu com os prazos indicados na resolução respectiva para a entrega desta proposta.

Desejo, também, destacar a Proposta 205 contendo o projeto de convocação da Trigesima Segunda Reunião do Conselho Para Assuntos Financeiros e Monetários que será considerada na próxima sessão do Comitê.

Finalmente, Senhor Presidente, desejo salientar a Nota nº 52, que acabamos de receber da Delegação do Brasil, na qual nos indica e anexa uma contribuição parcial para o exercício de 1997 pela quantia de meio milhão de dólares. Agradecemos também à Delegação do Brasil esta contribuição que alivia substancialmente nossas finanças. É tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Associo-me, em nome do Comitê e no meu, às palavras de êxitos para o Conselheiro Vargas, do Chile, e de boas-vindas para os dois funcionários chilenos mencionados pelo Senhor Secretário-Geral a.i. Quanto ao projeto de convocação da reunião do Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários, será incluído na ordem do dia da próxima sessão do Comitê. Por outro lado, tomamos nota, com grande satisfação, das contribuições do México e do Brasil.

Pergunto se há observações sobre os assuntos em pauta. Se não houver observações, passaremos ao ponto seguinte da ordem do dia.

3. Consideração das atas correspondentes às 668<sup>a</sup>., 670<sup>a</sup>. e 671<sup>a</sup>. sessões.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVAM-SE.

4. Informe sobre o resultado da consulta a Bancos centrais sobre possibilidades de celebração de acordos parciais no âmbito do Convênio de Pagamentos.

Adiado.

5. Informe sobre:

- Modificações apresentadas ao Acordo de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas áreas Cultural, Educacional e Científica.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. No âmbito das atividades estabelecidas por este Comitê foram analisadas em um grupo especial as modificações apresentadas a este Acordo de Bens Culturais. Ontem, este grupo se reuniu pela primeira vez e houve avanços substantivos. As Representações acordaram fazer novas observações e enriquecer os textos apresentados. A Secretaria também apresentará um documento onde constem tais observações. O grupo acordou reunir-se na última semana de maio para continuar a análise das modificações ao Acordo de Bens Culturais. É tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Pergunto se há observações sobre o informe da Secretaria.

Se não há observações, o Comitê toma nota do informe do Secretário-Geral em exercício.

- Situação em que se encontra o Acordo sobre promoção do comércio mediante a superação de barreiras técnicas ao comércio.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral em exercício.

SECRETÁRIO-GERAL a. i. Obrigado, Presidente. Sobre este tema, como informamos em reuniões anteriores, o Acordo foi assinado por nove de dez países presentes na subscrição.

No entanto, queríamos destacar que de acordo com o Artigo 26 *in fine* deste acordo que diz: "Os países-membros da Associação que participem da celebração do presente Acordo, terão seis meses de prazo para sua subscrição.", o país que ainda não o subscreveu tem um prazo até 8 de junho para formalizar seu propósito.

Por conseguinte, prévia consulta com nossa Assessoria Jurídica, faríamos circular a publicação deste Acordo a fim de que já se proceda com as normas



sobre sua vigência e duração que, como os senhores sabem, três países devem incorporá-lo a seu direito interno para que o Acordo comece a vigorar.

Em resumo, Senhor Presidente, se os senhores autorizarem, hoje distribuiríamos o texto deste Acordo, com o que já começaria a ser aplicado o citado Artigo 26. Como é de conhecimento do Comitê, este é um acordo muito importante, não somente pelo tema em si, mas porque foi fruto de um esforço muito grande dos governos durante cinco anos. A Secretaria tem realmente grande satisfação de iniciar o procedimento para a entrada em vigor deste documento tão importante para nossos trabalhos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral em exercício.

O propósito é que a Secretaria distribua o Acordo sobre a promoção do Comércio mediante a superação de barreiras técnicas ao comércio, entendendo de que pode entrar em vigor, de acordo com suas próprias disposições, já que foi subscrito pelo menos por três países e há um prazo para que os demais países o façam.

Pergunto se há observações.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Alejandro Marisio). Obrigado, Senhor Presidente. Desejaria perguntar à Secretaria que país ainda não subscreveu o Acordo.

PRESIDENTE. Acho que é o Paraguai, que está por realizar em breve sua subscrição.

Então, a proposta da Secretaria é uma maneira de ganhar tempo para sua entrada em vigor, ficando pendente a subscrição formal do Paraguai.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Então, qual é a data de entrada em vigor, segundo a interpretação da Secretaria?

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Vou ler o Artigo 26, que diz: "O presente Acordo terá uma duração indefinida e entrará em vigor na data em que pelo menos três de seus signatários o tiverem colocado em vigor...". Ou seja, a Secretaria hoje faz sua publicação oficial e quando três países nos comuniquem sua incorporação a seu direito interno, entrará em vigor.

PRESIDENTE. Entendo que a Secretaria, nessas circunstâncias, comunicaria ao Comitê a data da entrada em vigor.

O que se propõe são trâmites prévios para permitir a entrada em vigor do Acordo, levando em conta que falta ainda ser subscrito por um dos países aderentes. Não sei se está claro para todos.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente. Um dos requisitos necessários para a subscrição do acordo é que, imediatamente, seja convocado um grupo de trabalho para elaborar o primeiro protocolo modificativo, já que surgiram novas observações ao acordo que não

foram incorporadas. Aceitamos a subscrição na espera de que finalmente se trabalhe em um primeiro protocolo modificativo.

Portanto, estamos solicitando que o grupo de trabalho encarregado de elaborar estas modificações ao texto do acordo se reúna proximamente, independentemente da conclusão ou não do processo de subscrição.

PRESIDENTE. A opinião da Secretaria e a minha, Senhor Representante, é que talvez possamos convocar o grupo uma vez que o acordo entre em vigor; ou seja, uma vez que a Secretaria nos comunique que três países-membros comunicaram sua entrada em vigor em seus territórios.

A Secretaria poderia tomar nota da proposta do México e encaminhá-la ao Comitê uma vez comunicada a vigência nos termos do Artigo 26 do Acordo.

Se isso satisfaz a Representação do México, assim procederemos.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís) Pergunto que prazo, mais ou menos, está previsto ou se não existe possibilidade de prevê-lo.

PRESIDENTE. Depende da vontade dos países. Qualquer um dos três primeiros países que comunique à Secretaria a vigência interna, esta, pelo Artigo 26 do Acordo, comunicará que está em vigor para todos, a fim de poder convocar o grupo de trabalho do Comitê para tratar o protocolo adicional.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Nesse sentido o México se comunicaria com as autoridades correspondentes para colocar em vigor o acordo em nosso país. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Se não há observações sobre este ponto, procederemos como ficou combinado.

Passamos ao seguinte assunto.

6. Informe do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre seguimento do Programa de Atividades da Associação para 1998.

Adiado.

7. Relatório da Secretaria-Geral sobre o grupo de trabalho de seguimento do Programa de Atividades dos países de menor desenvolvimento econômico relativo (ALADI/SEC/di 1082).

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Senhor Presidente, neste documento consta o detalhe do relatório da Secretaria sobre a reunião na qual o grupo de trabalho analisou o cumprimento das atividades em favor dos países de menor desenvolvimento durante 1997 e também o correspondente aos meses de janeiro e fevereiro deste ano.

No relatório destacamos que, além de receber dos membros deste grupo resposta favorável sobre o relatório apresentado pela Secretaria, houve duas sugestões do Brasil: uma, referente a que cada projeto tivesse uma relação dos custos e, outra, que fosse elaborado um documento que avaliasse as atividades

realizadas pelo sistema de apoio. Estamos dando cumprimento a estas sugestões e calculo que hoje teremos uma versão revisada deste relatório de atividades com cada um dos projetos, contendo as observações apresentadas no grupo de trabalho. Isso é tudo, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral em exercício.

Pergunto se há observações.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Ana Elisa De Magalhães Padilha Pupo-Neto). Agradecemos o relatório sobre a reunião do grupo de trabalho de seguimento do programa dos países de menor desenvolvimento, realizado dia 3 de abril.

A Delegação do Brasil considera positivo que o grupo de trabalho, criado no ano passado, tenha-se reunido, pela primeira vez, sob a coordenação do Secretário-Geral Adjunto, Senhor Isaac Maidana. A nosso juízo, esta primeira reunião foi produtiva porque permitiu que os países-membros se informassem das atividades que realiza a Secretaria no âmbito do sistema de apoio aos PMDERs.

Pensamos que o grupo de trabalho, entre outros objetivos, pode contribuir para que todos os países-membros nos interessemos mais pelas atividades em favor dos PMDERs. Nesse sentido, seus trabalhos contribuirão para valorizar o sistema de apoio aos PMDERs.

Esperamos que o grupo cumpra com a periodicidade trimestral acordada pelo Comitê e que em sua próxima reunião possamos contar com um documento revisado, levando em conta as observações dos países-membros.

Desejo fazer um breve comentário. Como foi determinado na reunião do grupo de trabalho, o Brasil já está fazendo as consultas internas com relação ao pedido de cooperação técnica horizontal na área de acreditação de laboratórios de calibração. Esperamos ter uma resposta para a próxima reunião. Muito obrigada, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhora Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Senhor Presidente, em primeiro lugar, esta missão diplomática deseja agradecer à Secretaria seu apoio permanente aos trabalhos vinculados com os países de menor desenvolvimento e, em particular, com o Paraguai.

Todas as propostas analisadas pela Secretaria são feitas pelos respectivos governos dos países de menor desenvolvimento. Ou seja, a Secretaria as considera e analisa para inclui-las no orçamento correspondente a cada um dos países, conforme as pautas e estratégias políticas realizadas por cada um de nossos países, através das respectivas missões diplomáticas.

Estamos satisfeitos com todo o trabalho realizado até o momento pela Secretaria e nesse sentido queremos manifestar-lhe nossos agradecimentos.

Por outro lado, sempre consideramos uma muito boa idéia a criação deste grupo de trabalho porque com isso podemos fazer compreender melhor às demais partes

contratantes do Tratado aqueles aspectos em que cada governo de menor desenvolvimento considera que deve receber o apoio da Secretaria por um lado, e também depois da última Reunião do Conselho de Ministros o apoio horizontal dos países-membros e de outros organismos internacionais que, mais uma vez e nesta oportunidade, agradecemos.

No documento apresentado, como se pode ler no parágrafo quinto, fazendo alusão à Delegação do Brasil, há um ponto depois de "... aperfeiçoamento...". Mas, depois na aparência, já não se trata –como se lê aqui- de uma sugestão do Brasil, mas de uma explicação da Secretaria, porque diz: "Esse documento seria analisado no grupo de trabalho e seu resultado seria submetido à consideração do Comitê de Representantes com a recomendação de que após sua análise nessa instância seja apresentado ao Conselho de Ministros da ALADI".

Em primeiro lugar, esta forma verbal, que dá uma aparência de hipótese, "seria", deveria ficar de maneira determinante, ou seja "será apresentado". Não compreendo muito bem o propósito de sua apresentação ao Conselho de Ministro. Ou seja, sei, mas não está bem explicitado aqui, neste documento, o objetivo para o qual será apresentado. Por conseguinte, seria conveniente que a Secretaria o esclarecesse porque poderia prestar-se à dúvida de que os trabalhos deveriam ter a aprovação dos Senhores Ministros para sua realização.

A pessoa que tenha mentalidade de advogado talvez possa analisá-lo desta maneira, e sei que não este o sentido. Pelo contrário, creio que estes trabalhos deveriam ser levados ao conhecimento dos Senhores Ministros porque é uma grande contribuição das Partes e da Secretaria.

Por último, acredito, Senhor Presidente, que com o mesmo critério com que são analisadas em um grupo de trabalho as tarefas realizadas para os países de menor desenvolvimento deveriam também ser analisados os trabalhos feitos de forma genérica na ALADI. Considero que poderíamos dar contribuições mais substantivas do que simplesmente trazê-los ao Comitê para tomarmos conhecimento de quais foram os trabalhos realizados em outras áreas, além dos trabalhos dos países de menor desenvolvimento. É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Após consultar a Secretaria, queria manifestar ao senhor que a Presidência coincide totalmente com a interpretação da parte do relatório que fala sobre apresentação dessas informações ao Conselho de Ministros. Trata-se de uma intenção da Secretaria sob um mandato da Nona Reunião do Conselho de Ministros em uma de suas resoluções. Nesse sentido será apresentado, como o senhor interpretou muito bem, um relatório das atividades nesta área de tanta importância para as atividades da Associação.

Pergunto se há outras observações sobre o relatório da Secretaria quanto às atividades dos PMDERs.

Caso não haja observações, poderemos tomar nota do relatório e das intervenções e observações feitas em sala e a Secretaria, então, convocará e coordenará uma próxima reunião do grupo de trabalho, segundo a periodicidade acordada no programa de atividades.

Passamos ao ponto seguinte da ordem do dia.

8. Apresentação do estudo “Análise de sensibilidade do comércio exterior: países da ALADI com os Estados Unidos da América (ALADI/SEC/Estudo 107).

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral Adjunto, Rojas.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Muito obrigado, Presidente.

Com data de 25 de março deste ano distribuimos este Estudo 107 para continuar aprofundando na análise das relações comerciais dos países-membros com os Estados Unidos da América, trabalho que, ao mesmo tempo, é continuação de um primeiro Estudo 100 que apresentamos no ano passado, referente ao mesmo tema.

Nesta oportunidade tentamos aprofundar essa análise, tratando de identificar determinados aspectos de maior profundidade que caracterizam este comércio.

Enfrentamo-nos com uma primeira limitação, que é a disponibilidade de informação estatística da Secretaria para apresentar um estudo contendo cifras mais aproximadas de épocas contemporâneas. Não obstante, atrevemo-nos a dizer que, com base nas conclusões às que chegamos com esta análise, não se alteraria muito o que estaria acontecendo, pelo menos, até o final do ano passado.

Por outro lado, outra limitação que enfrentamos na elaboração deste estudo é que, lamentavelmente, não dispusemos da informação correspondente à aplicação da Lei de Preferências Comerciais Andinas, que beneficia quatro dos países-membros da Comunidade. No entanto, posteriormente, a Secretaria da Comunidade Andina nos enviou documentação de avaliação sobre a aplicação da Lei de Preferências Comerciais Andinas e seu impacto sobre as relações comerciais entre os países-membros desse Acordo Sub-regional e os Estados Unidos da América, que estamos publicando neste momento e que tampouco modifica as conclusões a que chegamos com a análise que apresentamos neste Estudo.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro atualizamos a análise global do comércio apresentada no Estudo 100. No segundo fizemos um estudo exaustivo da oferta exportável dos países-membros da Associação com relação a suas exportações para os Estados Unidos, e no terceiro fizemos a mesma coisa, mas no tocante à demanda, ou seja, as importações norte-americanas com relação aos produtos exportados pelos países-membros da Associação.

No último capítulo fazemos propriamente a análise de sensibilidade quando analisamos, principalmente, um indicador que para nós tem um valor muito significativo, que é o da análise intersetorial que consta no Capítulo quarto.

Para facilitar a leitura deste documento introduzimos um primeiro capítulo, onde fazemos uma síntese das principais conclusões da análise apresentada nos capítulos que descrevi anteriormente.

Desejo assinalar, também, um aspecto importante. O mais significativo deste trabalho, além da informação –sobretudo da rica informação qualitativa- que contém, é que indica um caminho metodológico de muito valor para os países-membros em particular, ainda mais agora quando estão sendo lançadas as negociações orientadas para a formação da ALCA.

Lamentavelmente, também nós temos restrições de informação em matéria de produção. Mas, seria conveniente -permitimo-nos sugerir- que do ponto de vista

nacional este trabalho fosse enriquecido com esse tipo de informação, de maneira que os países possam ter, efetivamente, uma visão muito mais objetiva e muito mais precisa sobre a possível sensibilidade que pudessem viver em um processo de abertura como estaria sendo apresentado no âmbito da ALCA.

Peço licença ao Presidente e aos demais Representantes para solicitar ao Engenheiro Gonzalo Rodríguez, coordenador da Divisão de Estudos, que nos faça uma rápida apresentação sobre as principais conclusões deste estudo que, insisto, tem uma importância bastante significativa em termos dos resultados qualitativos e da contribuição metodológica que fazemos para continuar a análise neste campo.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Engenheiro Rodríguez.

SECRETARIA (Gonzalo Rodríguez). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Como dizia o Embaixador Rojas, principalmente para facilitar a leitura do documento elaborado pelo Consultor Marcel Vaillant- gostaria de destacar o que segundo nosso entender, seriam os pontos mais salientes do Capítulo primeiro, Resumo e Conclusões. O consultor divide o Estudo em doze ou treze capítulos.

Em primeiro lugar, impressiona a maneira como o consultor destaca o grande impacto da abertura comercial nas relações externas dos países da ALADI. Essa abertura está -a seu entender- diretamente ligada a um grande aumento das importações e, principalmente, ao aumento das importações originadas nos Estados Unidos por parte dos países da ALADI. Sobre esta abertura foi montado o processo de integração regional, os subgrupos e os acordos bilaterais de nova geração que todos conhecemos e que consolidaram o processo de abertura, com muita maior credibilidade, permitindo, ao mesmo tempo, o grande aumento do processo em nível do comércio intra-regional.

Em segundo lugar, destacar o tipo de inserção dos países da ALADI no mercado dos Estados Unidos, através de suas exportações, uma inserção cujas características gerais são conhecidas, uma inserção de tipo, para denominar de alguma maneira, não muito avançado em termos do alcance tecnológico de seus produtos nos setores médios e baixos dos mercados, com alguma exceção muito destacada no caso do México e insinuada no caso do Brasil, com a característica particular de uma espécie de explosão da inserção petroleira dos países da ALADI no mercado dos Estados Unidos. Neste sentido se destaca que o abastecimento da oferta interna dos Estados Unidos por parte dos países da ALADI teria passado, no que vai desta década, de 25 por cento para quase um terço do total da importação petroleira dos Estados Unidos.

Como contrapartida, para efeitos da abertura e do grande aumento das importações, destaca-se uma diferença muito grande do que foi a dinâmica das exportações para os Estados Unidos, diferenciando-se o caso do México dos demais países sul-americanos. A inserção do México foi extraordinariamente dinâmica, de qualidade muito elevada, em termos de conteúdo tecnológico, em termos do tipo de produtos. Porém, a inserção neste período dos demais países da América do Sul, dos demais países da ALADI, perdeu dinamismo. Chegou-se a afirmar que houve uma diminuição real em termos de volume das exportações dos demais países da ALADI -com exceção do México- para o mercado dos Estados Unidos, já que o aumento em valor foi menor que a inflação internacional.

A partir disso são analisadas as principais características ou as principais potencialidades do desenvolvimento de novas exportações para o mercado dos Estados Unidos, sendo feita uma diferenciação em geral -creio que muito útil- depois

de apresentar quadros nos quais se analisa a nível de seis dígitos do Sistema Harmonizado os principais produtos de exportação de cada um dos países da ALADI no mercado dos Estados Unidos.

Entre os produtos que têm elevada vantagens comparativa na inserção no mercado dos Estados Unidos, destaca-se um potencial de aumento das exportações de aproximadamente 35 ou 36 bilhões de dólares. Este seria um tipo de aumento nas exportações para os Estados Unidos dentro do que se denomina no trabalho “mais do mesmo”. Ou seja, seriam aqueles produtos que já têm elevada vantagens comparativa e uma forte inserção no mercado dos Estados Unidos.

Há uma característica não suficientemente destacada no trabalho que gostaria de mencionar aqui e é que em muitos desses produtos, além de existir mercado potencial, os países individualmente têm importante representação no mercado dos Estados Unidos. Ou seja, a nível de cada item a participação de mercado do país latino-americano exportador nesse item, no mercado dos Estados Unidos, é elevada.

Associando estas cifras com o Quatro 17 do anexo estatístico, dá indicações mais ou menos precisas, a nível de cada país, dos principais produtos de negociação e indicaria, na medida em que a informação exista, os pontos mais importantes a considerar nas agendas nacionais de cada um dos países nas negociações.

Por outro lado, destaca que havendo um potencial de exportações de aproximadamente 35,36 bilhões de dólares, pensando no que poderia ter sido o ano 96 (estas cifras são para o ano 96), as exportações para os Estados Unidos devem ter atingido um total de algo mais de 100 bilhões, representando um aumento potencial importante. De qualquer maneira, a dinâmica foi muito baixa. Por conseguinte, destaca-se que se analisamos friamente as cifras e as barreiras que podem existir para a inserção no mercado norte-americano, nem as tarifárias nem o que figura como não-tarifárias teriam sido barreiras determinantes da dificuldade de entrada. Neste caso se destaca uma coisa que se denomina no trabalho “uma proteção virtual” que, basicamente, interpretaria como o potencial de proteção existente na complicado entrelaçamento da legislação comercial norte-americana, que faz com que se torne um elemento muito importante nas negociações. Isto foi qualificado pelo conhecido economista J. Bhagwati como “o unilateralismo agressivo” que, de alguma maneira, teve os Estados Unidos em sua política comercial através de um entrelaçamento de regulamentações comerciais que permite margens de arbitrariedade relativamente elevadas. Estas margens de arbitrariedade são margens de incertidão; as margens de certidão e de não incertidão de acesso ao mercado são uma das determinantes fundamentais, do início de correntes exportadoras dinâmicas para um mercado do tamanho do mercado dos Estados Unidos. Isto, no que se refere à dinâmica dos produtos nos quais já existe importante inserção.

Por outro lado, salienta-se que no potencial exportador existente não se apresenta o que seria a nova inserção, ou seja, a inserção naqueles produtos nos quais neste momento não existe vantagem comparativa e que são, digamos, produtos -em geral- de muito maior valor agregado e muito dinâmicos no mercado dos Estados Unidos. Porque outra característica da inserção é que em geral está inserido, com exceção do México, em mercados com muito pouco dinamismo nas importações dos Estados Unidos. São produtos nos quais seu mercado total desses produtos está perdendo participação no total de importações dos Estados Unidos. A mudança da penetração-inserção para novos produtos estaria intimamente vinculada com os progressos nas negociações com os Estados Unidos. E isto tem particular relevância neste momento em que foram iniciadas as negociações da ALCA.

Considero, contudo, justo destacar que apesar de todas essas limitações, em geral, a penetração dos países da ALADI no mercado dos Estados Unidos é melhor que a existente, em geral, para o conjunto dos países com o resto do mundo. Em geral, a proporção de exportação de manufaturas é mais elevada; em geral, nas importações as manufaturas dos Estados Unidos pesam menos que as importadas, por exemplo, da Europa ou da Ásia. Creio que com isto dou um panorama do conjunto das principais características das relações comerciais dos países da ALADI com os Estados Unidos da América. Nada mais, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado pela apresentação do Estudo 107.

Pergunto se há observações ou comentários a esse respeito.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Antônio Otávio Sá Ricarte). Obrigado, Senhor Presidente. Queria, em primeiro lugar, parabenizar a Secretaria-Geral da ALADI pela oportuna iniciativa de encomendar este estudo que complementa o Estudo 100 publicado pela Secretaria no ano passado. E agora que começa o processo de negociação da ALCA, não cabe dúvida de que o estudo vem em seu momento mais oportuno.

Desejo recomendar a leitura deste estudo a todas as Chancelarias de nossos países pela qualidade do trabalho do consultor Marcel Vaillant, de quem muito pouco se sabe. (Não há um resumo de seu *curriculum* no Estudo). Outrossim, pelo material estatístico registrado em seu anexo, como também a análise feita deste material. Não cabe dúvida de que é uma pessoa muito qualificada e que contribuiu valiosamente para o trabalho da Secretaria.

Já foi manifestado que nesta oportunidade, quando começam as negociações na ALCA, este Estudo representa uma contribuição para a preparação das posições nacionais nessas negociações. Como manifestou o Embaixador Rojas, mostra um caminho metodológico para a análise da situação e dos interesses de cada país. Merece destacar que o período abrangido pelo Estudo é dos anos 90 a 95; por conseguinte, se cada país tem interesse, poderá completar a análise com os dados dos anos 96 e 97, dos quais certamente disporão.

Algumas conclusões foram já destacadas pela própria Secretaria. Por exemplo, o manifestado sobre a estratégia de “mais do mesmo” que representaria uma eventual abertura ou uma eventual liberalização das barreiras tarifárias dos Estados Unidos, que o Estudo considera que poderiam contribuir imediatamente para um crescimento das exportações dos bens nos quais a região tem vantagens comparativas de aproximadamente 36 bilhões de dólares.

A Secretaria também indicou o conceito de unilateralismo agressivo apontado pelo consultor, que ele chama de “protecionismo virtual”, indicando que as barreiras que impõem os Estados Unidos não são de caráter tarifário ou mesmo para-tarifário, senão que representam estas medidas que a administração norte-americana, de alguma maneira, pode recorrer a situações de contingência e que representam, de certa forma, uma barreira não materializada às exportações da região. Estas são contribuições conceituais que certamente ajudarão na estratégia de negociação de nossos países no grupo de negociações sobre abertura de mercados da ALCA. Creio que a conclusão mais importante do Estudo seria que os benefícios de uma liberalização comercial com os Estados Unidos são desiguais por países e por grupos de países; apesar de que deve reconhecer-se que alguns terão mais vantagens que



outros, certamente há vantagens e desvantagens para todos e o Estudo, de certa maneira, indica-as.

Encaminhamos este Estudo a nossa Chancelaria no Brasil e certamente será de muita utilidade. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Senhor Presidente, somente para, igual que a distinta Missão Diplomática do Brasil, agradecer à Secretaria e, em particular, ao prezado amigo Engenheiro e Economista Gonzalo Rodríguez, sua pormenorizada explicação sobre este tema. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Pergunto se há outras observações sobre a apresentação do Estudo ou sobre o Estudo em si.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Queremos aderir às palavras do Senhor Representante do Brasil e parabenizar a Secretaria por este trabalho que consideramos muito importante. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Aderimos às felicitações pelo excelente trabalho apresentado. Somente queríamos destacar que, talvez, o termo “protecionismo virtual” não seja o mais feliz para descrever este fenômeno de proteção dos Estados Unidos, já que mais do que “virtual”, é bem real. Acontece que devemos teorizá-lo de outra maneira e, precisamente, todos os esforços realizados pelo México, antes e depois da subscrição do TLCAN, foram no sentido de enfrentar este tipo de barreiras que gozam, além disso de uma dose de arbitrariedade enorme. Devemos enfrentar este tipo de barreiras de maneira imaginativa, criativa, produtiva e considero que o Estudo deveria, talvez, ser focado para melhorar, do ponto de vista conceitual, teórico, esse conceito de “protecionismo virtual”. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Pergunto se há outras observações.

Se não houver observações, diria que o Comitê recebeu com grande beneplácito o Estudo 107, preparado pela Secretaria. Das observações feitas o Comitê recomendaria aos membros enviar com muito interesse o Estudo a nossas Chancelarias, a nossos Ministérios nas capitais, como contribuição relevante da Secretaria da ALADI à participação de nossos governos na ALCA e em outras negociações internacionais.

Como neste Comitê não há representação dos Estados Unidos como observador, as observações feitas pelas Representações ficam sem resposta.

Se os senhores estiverem de acordo, poderíamos passar ao ponto seguinte da ordem do dia.

9. Apresentação do pedido de Cuba de adesão ao Tratado de Montevideu 1980.

PRESIDENTE. Como os senhores lembrarão, foi distribuída pela Secretaria e pela Presidência do Comitê uma nota enviada à Presidência do Comitê e ao Secretário-Geral pelo Senhor Chanceler de Cuba, com data 17 de março passado, na qual comunicou a decisão de seu governo de solicitar oficialmente a adesão da República de Cuba à ALADI.

O Senhor Embaixador de Cuba, Observador neste Comitê, solicitou-me a oportunidade de fazer este pedido no Comitê, em uma sessão ordinária.

Após consultar os senhores, fiquei autorizado para convidar o Observador de Cuba para fazer a apresentação desse pedido. Por conseguinte, convidaria o Senhor Embaixador Aguilera de La Paz para fazer sua apresentação.

Senhor Embaixador, aproxime-se.

- Ocupa um lugar na mesa o Senhor Representante de Cuba, Embaixador Manuel Aguilera de la Paz.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Embaixador Aguilera de la Paz.

República de CUBA (Manuel Aguilera de la Paz). Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Embaixador José Artur Denot Medeiros, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, Embaixadores Isaac Maidana e Juan Francisco Rojas, Senhores Representantes e Alternos dos países-membros, Senhores Representantes dos países e organismos Observadores, prezados amigos todos, pela primeira vez, desde a subscrição do Tratado de Montevideu 1980, um país latino-americano não fundador da ALADI solicita sua adesão ao mesmo. Estou convencido de que seus precursores, que elaboraram e assinaram aquele histórico documento, se estivessem hoje aqui, sentir-se-iam muito satisfeitos. Eles tiveram a sabedoria de deixar aberto o Tratado para a incorporação de outros países latino-americanos e aqueles que construíram este belo edifício tiveram, inclusive, a previsão de deixar espaço nesta sala para colocar novas bandeiras junto às onze das nações fundadoras.

Como foi dito muitas vezes aqui, nos últimos anos a integração latino-americana, que constitui o objetivo supremo da ALADI, avançou impetuosamente, como nunca, vencendo exitosamente dificuldades e obstáculos naturais, transformando-se em um processo impossível de deter e irreversível.

Pareceria que chegou o momento, tantas vezes adiado, de tornar realidade o sonho de Bolívar, de San Martín, de Artigas, de Martí e de tantos outros próceres latino-americanos. Estão sendo dadas, finalmente, as condições para isso; foi criada uma consciência integracionista e existe uma compreensão generalizada de que o objetivo da integração não é somente uma bela e justa aspiração, mas uma necessidade vital e inadiável para o desenvolvimento de nossas economias, para a prosperidade de nossos povos e para a supervivência de nossa cultura e identidade latino-americana no mundo contemporâneo, globalizado e desigual.

Nesse contexto histórico, os que estamos aqui presentes fomos testemunhas privilegiadas e, muitos dos senhores, protagonistas do desenvolvimento crescente da atividade da ALADI como instrumento imprescindível do processo de integração, centro de coordenação de acordos e convergências, facilitador e impulsionador desse processo.

Ninguém deve ficar surpreendido, então, de que meu país, depois de ostentar durante doze anos a condição de ativo Observador na ALADI, tenha decidido agora solicitar sua adesão ao Tratado de Montevidéu 1980.

Cuba concebeu sua integração à América Latina e ao Caribe como um propósito estratégico de sua política exterior, referendado na Constituição da República, cujo Artigo 123 proclama, entre outros preceitos: “A República de Cuba reafirma sua vontade de integração e colaboração com os países da América Latina e do Caribe, cuja identidade comum e necessidade histórica de avançar juntos para a integração econômica e política para obter a verdadeira independência nos permitiria alcançar o lugar que nos corresponde no mundo”.

Cuba deu provas mais que suficientes de sua vocação integracionista. Disso dão fé sua participação como membro fundador no Sistema Econômico Latino-Americano e na Associação de Estados do Caribe, a subscrição e vigência de Acordos de Alcance Parcial com nove dos onze integrantes deste Organismo, o estabelecimento de negociações com o Chile para subscrever um acordo deste tipo, a adesão aos Acordos Regionais de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas áreas Cultural, Educacional e Científica e de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Alcance Parcial para a expansão do comércio intra-regional de sementes, e a reiterada disposição de negociar e assinar quanto antes um Acordo com o MERCOSUL na fórmula quatro mais um, vontade que foi correspondida pelos países integrantes dessa entidade e que está registrada, explicitamente, nos Protocolos Adicionais aos Acordos de Alcance Parcial com a Argentina, Brasil e Uruguai.

O desenvolvimento de nossos vínculos institucionais com a ALADI esteve acompanhado, como resultado da reorientação das relações externas de Cuba, por um incremento substancial do volume de nosso comércio exterior com a América Latina e com o Caribe, que em 1997 constituiu mais de 30 por cento do intercâmbio comercial total de meu país, transformando-se assim nossa região no segundo parceiro comercial de Cuba, depois da Europa, com a qual tínhamos na década de 80 mais de 90 por cento de nossos intercâmbios.

N ano passado, o comércio dos países da ALADI com Cuba foi 70 por cento do total de toda a região, e três de seus membros, Argentina, Venezuela e México, estiveram entre os dez principais parceiros comerciais cubanos no mundo. Nesse mesmo ano o intercâmbio comercial entre Cuba e os países-membros da Associação alcançou um valor aproximado de 1,2 bilhão de dólares.

Sem dúvida, uma maior integração de Cuba com os países-membros da ALADI permitiria melhorar o balanço e a estrutura desse intercâmbio em benefício mútuo.

Ao mesmo tempo que Cuba avança em suas relações comerciais e institucionais com a região latino-americana e caribenha, está empreendendo, com resultados importantes, a transformação de sua economia de acordo com os imperativos da economia mundial e de sua participação adequada na mesma.

Nesse sentido, destaca-se a política de abertura ao investimento estrangeiro. Para estes efeitos foi modificado o marco jurídico para promover a presença de investidores estrangeiros em todos os setores produtivos do país, exceto na saúde, na educação e nas Forças Armadas, embora se permitam associações com seu sistema empresarial.

Apesar de medidas externas com efeitos extraterritoriais e sistemáticas pressões que vão além dessas medidas, em Cuba funcionam já, neste momento, mais de

trezentas associações econômicas com capitais estrangeiros em praticamente todos os setores da economia nacional, muitas delas vinculadas ao setor externo como as da área de turismo e do níquel. As empresas com capital estrangeiro estão facultadas para realizar suas próprias operações de comércio exterior vinculadas a sua razão social.

Embora existam capitais latino-americanos e caribenhos aplicados em meu país, precisamente devido a nosso grande interesse de integração com a região à qual pertencemos, é nosso desejo que estes sejam incrementados a curto prazo. A futura atividade de Cuba no âmbito da ALADI certamente contribuiria para isso.

No setor do comércio exterior produziu-se, também, um processo de descentralização gradual e ordenado, segundo nossas necessidades, iniciado com a eliminação do monopólio estatal sobre esta atividade econômica. Se até os começos da presente década operavam em Cuba apenas cinqüenta e três entidades autorizadas para realizar operações comerciais com o exterior, hoje existem trezentas e duas, das quais cento e trinta e duas são sociedades mercantis ou de capital misto e cinqüenta e três, associações internacionais. Também foram outorgadas facilidades a quinhentas e setenta empresas estrangeiras para abrir sucursais no país e vinte e nove firmas forâneas são representadas por entidades cubanas.

Outras facilidades importantes do comércio exterior cubano são os entrepostos a consignação e depósitos aduaneiros, bem como três grandes zonas francas e parques industriais que poderiam impulsionar nossas relações na medida em que fosse incrementada a participação de empresários latino-americanos.

O intercâmbio comercial externo de Cuba se realiza com total respeito às disciplinas e normas multilaterais de comércio, de acordo com nosso caráter de membro da Organização Mundial do Comércio. Neste esforço, estamos avançando aceleradamente na adequação do ordenamento jurídico cubano, com base em nossos compromissos com a OMC.

A política comercial cubana se sustenta, portanto, na abertura e nas normas e práticas internacionais de comércio. A concorrência e a eficiência econômica constituem elementos importantes de nossa política e têm uma presença progressiva na economia. As políticas protecionistas que amparam produções ineficientes não fazem parte de nossos objetivos de desenvolvimento.

Como expressão disso, a Tarifa Aduaneira cubana foi ajustada a esta política de forma tal que foram sendo eliminados os tetos tarifários, foi reduzido o gravame médio simples para 10,7 por cento para o tratamento de nação mais favorecida e foi estabelecida uma estrutura de direitos aduaneiros muito mais linear. Por outro lado, não foram aplicadas outras regulações ao comércio como as licenças de importação.

A práxis da ALADI em aspectos de política comercial, os estudos e investigações que promoveu e sua experiência no ordenamento jurídico regional, através dos acordos subscritos em seu âmbito, bem como seu compromisso com os interesses atuais e futuros da região em matéria de integração, constituirão elementos importantes no processo cubano de inserção e de abertura.

Embora meu país tenha realizado um grande esforço e o tenha podido manter e, inclusive, elevar em alguns casos seus altos índices sociais durante a presente década, especialmente nos setores da saúde e da educação, a economia cubana, não obstante ter iniciado uma complexa e gradual recuperação, está submersa em uma crise sem precedentes, que se expressa na queda do produto interno bruto em

quase 35 por cento nos primeiros anos da presente década, como consequência da perda abrupta de 85 por cento de nossos mercados tradicionais, que eram a desaparecida União Soviética e Europa do Leste e do recrudescimento do prolongado bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos, fenômeno também sem antecedentes na história contemporânea, que nos provocou perdas calculadas em mais de sessenta bilhões de dólares.

As transformações econômicas empreendidas por nós não somente lograram que a economia de meu país não colapsasse, segundo alguns prognósticos forâneos, mas que se iniciasse um processo de reanimação, como tinha manifestado anteriormente. Nos últimos três anos o déficit orçamentário esteve abaixo de 3 por cento do produto interno bruto e o crescimento médio anual foi por volta de 5 por cento. No entanto, é ainda insuficiente e não se alcança ainda os indicadores macroeconômicos existentes no final da década de oitenta. Não obstante, estamos convencidos de que a recuperação econômica é sólida e irreversível e por isso confiamos plenamente no futuro.

O processo de ajustamento da economia cubana nas circunstâncias em que se desenvolve esta a partir dos anos noventa é amplo, gradual e progressivo. Neste contexto nossa adesão à ALADI constitui um passo lógico e necessário no avanço desse processo e, ao mesmo tempo, representa um ponto de partida com vistas a objetivos mais profundos de integração econômica para Cuba.

Uma maior integração de Cuba na América Latina daria um respaldo conveniente para continuar o processo de abertura da economia cubana de conformidade com nossos princípios e objetivos de desenvolvimento econômico e social; ajudaria nossa recuperação e seria mais uma contribuição para continuar avançando na inserção internacional de meu país. Ao mesmo tempo, acreditamos que seria também uma contribuição modesta, mas emblemática, para o objetivo comum de avançar para um mercado único latino-americano, registrado no Tratado de Montevideu 1980.

O exposto até aqui, distintos amigos, é uma síntese das razões pelas quais Cuba decidiu solicitar sua adesão ao Tratado de Montevideu 1980 e considerou que este é o momento adequado para fazê-lo. O objetivo de Cuba ao solicitar seu ingresso na ALADI é continuar avançando para sua integração plena na região latino-americana e Cuba espera da ALADI a contribuição de todos os países-membro para a obtenção desse objetivo comum.

Obviamente, não se trata de uma decisão tomada sem pensar nem tampouco apressadamente. Como os senhores sabem, há vários meses iniciamos um processo de consultas bilaterais com cada um dos senhores e com seus respectivos governos. Expusemos nossa aspiração e as razões que a sustentam de forma clara e sincera e escutamos respeitosamente suas opiniões. Ponderamos positivamente o resultado dessas consultas. A maioria dos países expressou seu apoio e nenhum nos manifestou objeções.

Sabemos, também, que o tema foi objeto de análise em diferentes instâncias políticas. Respeitamos o direito soberano de todos os estados e de grupos de países de avaliar interna ou coletivamente nossa aspiração da maneira que considerem pertinente, mas aproveito a ocasião para destacar que neste caso se trata de um assunto eminentemente econômico-comercial, porque esse é o caráter da ALADI e do Tratado de Montevideu 1980. Por isso consideramos que a análise e a decisão que for tomada devem basear-se fundamentalmente nos aspectos econômicos e comerciais estabelecidos por esse Tratado, cuja única consideração de índole

totalmente política é, precisamente, o princípio do pluralismo “sustentado na vontade dos países-membros para sua integração, acima da diversidade que em matéria política e econômica pudesse existir na região”, como consta na letra c) de seu Artigo terceiro.

Pelo fato de não existir precedentes de novas adesões ao Tratado de Montevideu 1980, é lógico que o procedimento de admissão não esteja totalmente delineado até em seus mais mínimos detalhes, mas confiamos plenamente na comprovada capacidade e boa vontade deste Comitê, da Secretaria-Geral e de seus técnicos, funcionários e pessoal administrativo para empreender com êxito esta tarefa em um prazo razoável.

Acreditamos também que, neste caso, o processo de negociação deve ser simples atendendo a que se trata de um país membro fundador do GATT e de sua sucessora a OMC, que também subscreve grande número de acordos com a maioria dos países-membros da ALADI, ao amparo do Tratado de Montevideu 1980, e que os aspectos a negociar não são demasiado complexos.

Por essa razão consideramos perfeitamente factível e solicitamos ao Comitê de Representantes e à Secretaria-Geral que estabeleçam um calendário de trabalho que permita concluir o processo de negociação com suficiente antecedência à reunião do Conselho de Ministros que se realizará no final do presente ano, a fim de que o Comitê de Representantes possa elevar sua recomendação, seja qual for, ao Conselho e que o mesmo tome a decisão que considere mais conveniente.

Cuba está disposta a responder com agilidade a todos os requerimentos deste Comitê e da Secretaria-Geral, a fornecer toda a informação que lhe for solicitada e a enviar uma delegação de altos funcionários do Ministério de Comércio Exterior para responder a suas questões e para negociar todos os aspectos técnicos. Paralelamente, nossas Missões Diplomáticas na capital de cada um dos onze países-membros da ALADI contam com a melhor disposição de fornecer toda a informação requerida por seus respectivos Governos e de tratar com seus representantes os assuntos relacionados com o processo de admissão que for necessário negociar diretamente.

Não pretendo referir-me a aspectos particulares do processo de negociação, porque não é o momento adequado para isso, mas vou mencionar um, que pode ser objeto de especial interesse para todos os senhores. Refiro-me à categoria de nível de desenvolvimento econômico à qual aspiraria Cuba, de acordo com a letra d) do Artigo terceiro do Tratado de Montevideu 1980. A esse respeito peço compreensão a este Comitê e à Secretaria-Geral sobre o difícil que é para qualquer país que solicite um ingresso à ALADI apresentar inicialmente uma proposta, quando nem sequer estão definidos os critérios para a classificação nas categorias estabelecidas pelo Tratado. Por isso consideramos que este não deve ser um tema a ser definido previamente por Cuba, senão mais um aspecto a ser determinado na negociação.

Não obstante, posso assegurar que não somente em relação com este aspecto em particular, senão no sentido geral, a vontade de Cuba é concluir acordos satisfatórios e benéficos para todas as partes, que não lesem no mais mínimo os legítimos interesses de nenhum dos países-membros, nem da ALADI em seu conjunto. Queremos ingressar a esta Associação não somente pelos benefícios que isso possa significar para nosso país e para nosso povo, mas, fundamentalmente, com o espírito de contribuir modestamente para a integração latino-americana pelos benefícios que ela trará a todos nossos países e a todos nossos povos irmãos.

Como disse nosso José Martí em seu relatório de março de 1891 perante a Comissão Monetária Internacional Americana, a cujas sessões assistiu como representante do Uruguai, “As portas de cada nação devem estar abertas à atividade fecundante e legítima de todos os povos. As mãos de cada nação devem estar livres para desenvolver sem dificuldades o país, de acordo com sua natureza distintiva e com seus elementos próprios. Os povos todos devem reunir-se em amizade e com a maior freqüência possível...”.

Permitam-nos, então, incorporar-nos plenamente a esta equipe campeã da integração para caminhar todos juntos, ombro a ombro, para a meta comum que reclamam nossos povos. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante de Cuba.

Logicamente, sua exposição fará parte da ata desta sessão ordinária do Comitê. Pela sua importância, solicitaria à Secretaria que nos adiantasse, se Vossa Excelência estiver de acordo, uma cópia informal de sua ampla exposição.

Senhor Representante de Cuba, o Comitê de Representantes decidiu examinar o pedido de adesão de Cuba à ALADI, como é costume, primeiro em reuniões privadas de Chefes de Representação e assim estamos fazendo e continuaremos fazendo-o. Mas, logicamente, ofereço a palavra à Sala para eventuais pedidos de esclarecimento, se há, aproveitando a presença do Senhor Representante de Cuba.

Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Julio Balbuena López-Alfaro). Senhor Presidente, somente para parabenizar o Representante Diplomático de Cuba pela objetividade de seu discurso, pelo estilo direto de exposição de suas idéias e pela clareza de seus objetivos.

Creio que foi um discurso muito ilustrativo, que a Representação do Peru muito aprecia. É tudo, obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Creio que o senhor falou em nome de todos nós quando se referiu à clareza dos conceitos expostos pela Representação Observadora de Cuba.

Se não há outras observações, o Comitê toma nota da ampla exposição da Representação Observadora de Cuba e, como disse, será incorporada para seu exame à ata desta sessão ordinária.

O Comitê está examinando o pedido de adesão de Cuba e pessoalmente, Senhor Embaixador, tenho esperanças de que muito em breve o Comitê me autorize a enviar a resposta formal à Nota de 17 de março do Senhor Chanceler de Cuba.

É tudo o que posso dizer até o momento.

Se não houver outras observações, consideraríamos concluído o tratamento do ponto 8 da agenda, agradecendo, mais uma vez, ao Senhor Embaixador de Cuba sua exposição. Muito obrigado, Embaixador.

10. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. A Secretaria solicitou a palavra.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral em exercício.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Presidente. É para informar sobre duas reuniões das quais os senhores tem conhecimento.

- Quinto Seminário sobre a Dimensão Jurídica da Integração (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 11 e 12 de maio).

A primeira reunião é o Quinto Seminário sobre a Dimensão Jurídica da Integração que, como os senhores sabem, será realizada em 11 e 12 de maio deste ano em Santa Cruz, Bolívia.

A Secretaria está distribuindo neste momento o programa preliminar, mas praticamente noventa por cento já está confirmado.

A esse respeito, queremos solicitar, mais uma vez, a ajuda dos senhores para que a este importante evento possam assistir novos participantes. Como os senhores podem perceber, praticamente todos os países da ALADI estão participando como expositores ou moderadores deste evento.

- Encontro de Operadores e Usuários da Hidrovia (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 14 e 15 de maio).

Em segundo lugar, Presidente, desejo também destacar que está sendo preparado um Encontro de Operadores e Usuários da Hidrovia. É um evento que também se realizará em Santa Cruz, Bolívia, em 14 e 15 de maio. O programa preliminar que está sendo distribuído está praticamente confirmado. Como os senhores sabem, o objetivo deste evento tem duas vertentes: por um lado, o contato dos operadores e usuários das zonas inferiores de nossos países na área de influência da Hidrovia para um melhor aproveitamento de suas ações de comércio e de investimento. Por outro, oferecer a oportunidade de realizar uma rodada de negócios, não das clássicas, porque participarão armadores, operadores de portos, produtores, exportadores e importadores. Estarão, também, as autoridades da Hidrovia. Creio que será um encontro muito útil para que autoridades públicas e privadas façam intercâmbio de experiências e, eventualmente, busquem soluções para os problemas.

Neste caso, também solicito ajuda, particularmente, aos países que integram a Bacia do Prata para apoiar a participação neste importante evento. Obrigado, é tudo.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral em exercício.

Pergunto se há observações sobre as comunicações feitas pelo Senhor Secretário-Geral.

Se não há observações pergunto, se há outro tema que alguma Representação deseje tratar no ponto 10, "assuntos diversos".

Tem a palavra o Secretário-Geral.



- Programa de capacitação da OEA para negociadores.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Perdão, Senhor Presidente; desejo fazer um comentário muito rápido sobre o tema referente ao Programa de Capacitação da OEA para negociadores. Oportunamente os senhores foram informados sobre este tema e solicitamos seu apoio para que a Representação dos países da ALADI na OEA possa aprovar este programa de formação de negociadores.

A OEA nos informa que até hoje nem todos os países aprovaram em Washington; por conseguinte, solicitamos aos senhores que façam os contatos pertinentes, através de suas Representações em Washington, para poder iniciar este programa tal como está previsto. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Alejandro Marisio). Obrigado, Senhor Presidente.. Desejaria consultar, por seu intermédio, à Secretaria se nosso país aprovou e quais seriam os países que participariam para, nesse caso, fazer as gestões correspondentes.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Senhor Presidente, neste momento não tenho a lista em mãos, mas quando finalizar a reunião com muito prazer poderei informar-lhe que países ainda não o fizeram. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Pergunto se há outras observações, outros temas.

Se não há observações, concluímos este ponto dez e a parte substantiva de nossa sessão ordinária. A próxima sessão ordinária, como já falamos na semana passada, realizar-se-á em duas semanas, como de costume, ou seja, na quarta-feira 6 de maio, e já temos para essa reunião alguns temas na ordem do dia provisória.

Se não há outros assuntos a tratar, encerra-se a sessão.

---